

Massacres ou martírios do Marquês de Pombal?

memória e mito

*A expulsão dos jesuítas,
a destruição das suas
diversas bibliotecas
com a queima pública
dos seus livros,
o encerramento da sua
extensa rede de colégios
e da sua universidade
de Évora, são avaliadas
por alguns autores,
nomeadamente brasileiros,
como uma política de
massacre cultural [...].
O historiador Eduardo
Prado, por exemplo,
acentua de tal modo
a dimensão de perda que a
expulsão e perseguição dos
professores e intelectuais
da Companhia ou ligados
a ela representou para a
vasta colónia portuguesa
do Brasil, comparando-a
a um segundo
Alcácer-Quibir.*

José Eduardo Franco

CLEPUL
– Universidade de Lisboa;
Instituto Europeu de Ciência
da Cultura
– Pe. Manuel Antunes

“Pombalistas, antipombalistas, digam-nos tão-somente quem foi Pombal.”

MARC BLOCH, *Pombal Revisitado*

“Le mythe n’est ni vrai ni faux. Il définit, d’une manière concentrée et symbolique, une croyance et un objectif à atteindre. Et il met les sociétés en marche.”

LUCIAN BOIA, *Le Mythe de la Démocratie*

A problemática das imagens de Pombal

O Marquês de Pombal,¹ título nobiliárquico de Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), é, de facto, uma das figuras mais imponentes do imaginário histórico dos saltos e sobressaltos da nação portuguesa, mas também por isso, como é inegável, uma das personalidades mais controversas.

A apreciação da sua acção e da sua obra política ainda continua a concitar opiniões apaixonadas e antinómicas, quer entre as elites intelectuais, quer até entre o povo menos instruído. Basta que façamos uma simples e breve sondagem popular na sociedade portuguesa para ficarmos surpreendidos com pareceres tão divergentes acerca de Pombal.

¹ Também é conhecido pelo seu primeiro título nobiliárquico: Conde de Oeiras.

O filopombalismo e o antipombalismo transformaram-se, com efeito, em duas correntes culturais associadas a posições políticas e ideológicas bem marcadas ao longo dos últimos dois séculos. Estas correntes radicalmente antagónicas no modo de avaliar a acção política de Carvalho e Melo geraram um mito bipolar do Primeiro-Ministro de D. José I: Um mito pessoal de face luminosa, que contrasta com uma outra face de matiz bem negro. Neste lado nocturno, a obra política de Pombal atingiu o extremo de ser figurada como verdadeiro massacre provocando vários mártires, ou seja, como um terramoto sanguinário e desagregador, que se teria abatido na política e no espírito identitário da nação portuguesa.

Com efeito o Primeiro-Ministro de D. José I é uma das figuras políticas do nosso país sobre quem mais se escreveu, tanto em Portugal como no estrangeiro. Escreveu-se mais sobre o que se quis que a sua acção significasse e menos sobre o que ela significou de facto.

Por isso, muita literatura produzida em torno do Marquês de Pombal está minada ideologicamente, na medida em que este político, “déspota” e “iluminado”, foi mitificado e usado como bandeira e símbolo dos ideais revolucionários que, ao longo do século XIX e das primeiras décadas do século XIX, os movimentos laicos, anticlericais e antilegitimistas, quiseram implantar.²

A Maçonaria e as diferentes correntes anticlericais preponderaram, sem dúvida, neste esforço mitificador do Primeiro-Ministro de D. José I, instrumentalizando a sua glorificação como bandeira ideológica de combate para depor e substituir a velha ordem social, teológica e absolutista. Daí, as imagens estereotipadas e desenraizadas da verdade histórica de um Pombal como precursor da Revolução Francesa, dos direitos humanos, dos valores liberais, da liberdade de opinião e de consciência e, numa idealização mais extrema, da própria Democracia...

Contra os filopombalistas, que fizeram de Sebastião José de Carvalho e Melo o “Prometeu” ou o “Hércules Português”, o herói³ do progresso e da iluminação de Portugal, inimigo visceral do obscurantismo, da “hidra jesuítica”, os antipombalistas teceram uma lenda negra deste Ministro, fazendo dele o “Nero Português”, uma tempestade que semeou apenas desgraças, desordem e impiedade. Donde o mito bipolar de Pombal!

Condicionadas em grande medida pelo que representou a campanha antijesuítica pombalina, muitas análises da figura política de Sebastião José, produzidas pela historiografia portuguesa e estrangeira, estão enfermas ideologicamente. Por tal razão, é fácil encontrar tanto o elogio mais abnegado como a crítica mais feroz a esta marcante figura da história portuguesa.⁴

Borges de Macedo identifica três grandes correntes interpretativas que divergem na avaliação do desempenho político de Pombal:

“Uma primeira corrente tem considerado a acção de Pombal como catastrófica

²Franco, José Eduardo, “Para a Desmitificação de Pombal”, *Brotéria* 156 (2003), pp. 189-191.

³Sobre o mito do herói salvador, ver Boia, Lucian, *Pour une histoire de l’imaginaire*, Paris, To Excell/Kaleidoscope Sof, 1998, pp. 187-188.

⁴Recentemente foi publicado um estudo interessante, que procura lançar mais uma luz e abrir novos caminhos para operar uma releitura crítica da vida e obra do Marquês de Pombal, começando por estabelecer o roteiro da imensa bibliografia filo- e antipombalina existente nas bibliotecas e arquivos portugueses. (Lopes, António, *Enigma Pombal, Nova documentação. Tentativa de interpretação*, Lisboa, Roma Editora, 2002).

para o País, que precisa de ser defendido contra governantes da sua natureza ou ideologia. Outra toma-o como o precursor do laicismo anticlerical; ele teria, por essa via, posto o ‘dedo na ferida’ quanto às causas da decadência de Portugal. Portanto, para remover essa decadência, era preciso ‘continuá-lo’. Problemas práticos, julgam os autores. Uma terceira corrente (onde toma posição corajosamente Camilo Castelo Branco) entendia que Carvalho e Melo deve ser ‘julgado’ quanto aos meios de governo que praticou e ao conteúdo da sua actividade, no que se refere à ligação desta com a Moral”.⁵

Em virtude destas apreciações tão contrastantes se compreende o pedido quase angustiado do historiador Marc Bloch aos historiadores portugueses: “Pombalistas, antipombalistas, digam-nos tão-somente quem foi Pombal”.⁶

Assim sendo, o nosso sentido interpretativo deverá ser marcado pelo esforço, que sabemos árduo, de despir a roupagem ideológica que a nossa historiografia herdou e, nessa linha, percorrer, tanto quanto possível, uma via complexiva que desbrave as motivações profundas passíveis de nos permitir fazer uma aproximação ao significado da construção do mito do Marquês de Pombal ao longo do período do liberalismo português.⁷ Procuraremos entender esta construção mitográfica num quadro de transformação de macro-estruturas, ou seja, da mentalidade política e social, e dos paradigmas culturais, que tinham informado a vida portuguesa nos séculos precedentes.⁸

Para o efeito, importa desminar ideologicamente muita historiografia produzida em torno desta figura controversa para limpar a imensa poeira das visões apaixonadas (e que ainda enferma algumas leituras dos nossos manuais), e que impede a construção de uma visão equilibrada do seu real papel histórico. É hoje pertinente empreender uma nova leitura global da época pombalina para deslindar criticamente os seus enigmas e estigmas. A tarefa preliminar que importa realizar será certamente despir muita da roupagem mítica, que esconde a identidade real da acção histórica deste político no seu contexto vital.

Pensamos que o grau de pregnância e permanência do mito de Pombal na cultura e mentalidade dos portugueses explica, em grande medida, a dificuldade ainda hoje sentida de encontrar consenso entre os historiadores na apreciação serena e crítica do significado da obra política, social e cultural do Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo.

Ao lado de outros mitos que povoam o nosso imaginário colectivo, como o mito dos judeus, o mito dos jesuítas, o mito das origens sacrais da nacionalidade, o mito da mulher, o mito do Quinto Império e do Rei Encoberto, o mito do Marquês de Pombal não é certamente um dos mitos menores. Mas é, sem dúvida, um dos mitos mais fracturantes e um dos menos estudados do ponto de vista da mitocrítica.

⁵ Borges de Macedo, Jorge, “Dialéctica da sociedade portuguesa no tempo de Pombal”, *Como interpretar Pombal? No bicentenário da sua morte*, ed. Manuel Antunes et al, Lisboa-Porto, ed. Brotéria / Livraria A.I., 1983, p. 15.

⁶ Este apelo foi registado por Joel Serrão, “Repensar Pombal”, *Pombal revisitado*, coord. Maria Helena Carvalho dos Santos, Lisboa, Ed. Estampa, 1984, vol. I, p. 353.

⁷ Reis Torgal, Luís, *História e ideologia*, Coimbra, Liv. Minerva, 1989, pp. 47sgs.

⁸ Matos Ferreira, António, “Desarticulação do Antigo Regime”, *História Religiosa de Portugal*, dir. Carlos Moreira de Azevedo, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, vol. 3, pp. 21sgs.

Apreciações maniqueístas: filopombalismo e antipombalismo

É logo, no Reinado de D. Maria I (1777-1799), que se começaram a divisar claramente estas duas correntes distintas na avaliação do governo liderado pelo Ministro Carvalho e Melo. Primeiro, em nome de interesses de restauração de regalias perdidas ou de garantir conquistas alcançadas e privilégios adquiridos, e que depois vieram a ganhar forma ideológica, adensando fracturas numa crescente cisão cultural que atravessará transversalmente todo o século XIX português.⁹ Como comenta Borges de Macedo de forma identificativa:

“Os governantes e as classes pensantes do país dividiam-se em dois grupos bem distintos: os pombalinos e os antipombalinos; para os primeiros, representados pelo ministro Sousa Coutinho, as amarguras da governação de Sebastião José de Carvalho e Melo foram esquecidas para darem lugar a uma interpretação da sua atitude quase laicista, jusnaturalista,¹⁰ perscrutadora de novos tempos e de novas formas de governo, ligadas aos conceitos do despotismo iluminado. A segunda corrente, expressa no Visconde de Vila Nova de Cerveira, tradicionalista, considerava ignominioso o período pombalino”.¹¹

⁹ Reis Torgal, Luís, “Pombal perante as ideologias tradicionalistas e católicas”, *Portugal revisitado*, coord. Maria Helena Carvalho dos Santos, Lisboa, Ed. Estampa, 1984, vol. I, pp. 131 sgs.

¹⁰ Note-se que a demanda de um direito natural, válido para todas as nações, culturas, povos, raças e religiões, alicerçado na razão e independente dos sistemas teológicos, que tinha vindo a ser teorizado por Hugo Grócio, por Christian Wolf, por Samuel Pufendorf, por Jean-Jacques Burlamaqui e por António de Martini, encontrava eco nos diversos discursos reformistas das estruturas sócio-pedagógicas do país, nesta fase do pombalismo, como se vê reflexos, por exemplo, na *Dedução Chronológica y Analytica* e no *Compêndio Histórico do Estado da Universidade de Coimbra*. Sinal desta abertura aos ventos laicizantes do direito iluminista da Europa são não só a citação e a procura de fundamentos nesta nova jurisprudência pelo regalismo pombalino e a sua adopção no ensino superior, como também a edição e a tradução de autores jusnaturalistas, como foi o caso da obra de Jean-Jacques Burlamaqui (*Elementos de Direito Natural*, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, 1768, 2 tomos) que tinha sido escrita em 1747. Este tratado de direito natural, cuja tradução se deveu ao professor do Colégio dos Nobres, José Caetano de Mesquita, fazia da sociedade e da união entre os homens, engendrada pelo Estado e pelas suas leis, o lugar da realização da felicidade e da liberdade humana. Essa felicidade seria facilmente atingida pela identificação da vontade dos membros do Estado com a vontade do soberano, a quem eram atribuídos uma sabedoria e um poder destinado ao serviço do bem dos seus vassallos. Esta dignidade superior da Coroa e do Estado, encarnada na figura do Rei, dada pela visão iluminista do serviço dos melhores interesses dos súbditos, exigia a suprema obrigação de obedecer incondicionalmente. Obras como esta serviam perfeitamente o ideário absolutizante do despotismo iluminado em que a obediência ao monarca era apresentada como um vínculo sagrado, o garante da fidelidade e unidade do Estado, sendo a sua quebra sujeita a punições severíssimas. As ideias em voga dos jusnaturalistas europeus encontraram reflexo em algumas postilas, que se começaram a compor em Portugal, como foi o caso mais distinto do *Tratado de Direito Natural* do magistrado e poeta de renome Tomás António Gonzaga escrito entre 1773 e 1778, que constitui uma dissertação que o habilitou para a magistratura em 1779 (Gonzaga, Tomás António, *Tratado de Direito Natural*, Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1957), e outros que permaneceram manuscritos até hoje, e que estão muito marcados pelo antijesuitismo sistemático pombalino, como são o caso das “Reflexões que respeitam aos PP. da Companhia no Estado presente”, Academia das Ciências de Lisboa, *Manuscritos vermelhos*, cód. 28. O despotismo esclarecido português procurou, assim, encontrar formas de legitimação da sua política para além do velho universo teológico-canonicista, trilhando os caminhos novos da laicização do Estado e da sociedade, alguns deles componentes do liberalismo do século seguinte. Mas isto sem que alguma vez o pombalismo tenha sido, na realidade, um pré-liberalismo, como alguns quiseram ver. De qualquer modo, ajuda a compreender porque é que alguns sectores do liberalismo e do republicanismo irão rever-se em Pombal e fazer dele um dos seus modelos e heróis nacionais mais importantes. (Silva Dias, José Sebastião da, *Pombalismo e teoria política, separata da Revista Cultura, História e Filosofia I* (1982), pp. 69-70).

¹¹ Borges de Macedo, Jorge, “Pombal, Marquês de”, *Dicionário de História de Portugal*, ed. Joel Serrão, Porto, Livraria Figueirinhas, 1975, vol. V, pp. 113-114.

Sendo certo que a Sebastião José se deveu o protagonismo determinante da consecução da política josefina, quer nos seus êxitos, quer nos seus fracassos, e dos projectos reformistas implementados então no Reino, não é menos verdade, que a condução desta política foi feita com total protecção e confirmação do Rei que, além do mais, lhe delegou poderes extraordinários para agir, poderes nunca até então cedidos a um ministro na história política da monarquia portuguesa. Também não deixaram de ser co-responsáveis da obra política pombalina os seus colaboradores e ideólogos, assim como os sectores e grupos de interesse e clientelas, que beneficiaram e caucionaram a viabilização da execução das políticas do poderoso Ministro. Mas, logicamente, “dentro deste condicionalismo natural tem o Marquês a grandeza de um chefe de governo que compreendeu e enfrentou alguns dos problemas da sua pátria”.¹²

O próprio Ministro, como bem encontramos patenteado nas suas memórias apoloéticas do fim da sua vida em que se compara na desgraça a Sully, Ministro francês de Henrique IV, estava bem ciente da importância da sua obra política e de quanto ela iria marcar o destino de Portugal. Estava convicto de que os vindouros lhe iriam reconhecer os méritos que os seus contemporâneos desdenhavam.¹³

Esta convicção, que se haveria de revelar profética, também foi partilhada e expressa pelo Doutor Frei Joaquim de Santa Clara, monge beneditino, que morreu, quando era Arcebispo de Évora. Este beneditino, na oração fúnebre consagrada à memória política de Pombal, que pronunciou após o seu falecimento a 8 de Maio de 1782 nas exéquias presididas pelo seu antigo colaborador D. Francisco de Lemos, bispo-conde de Coimbra,¹⁴ considera o Ministro Carvalho e Melo como homem certo colocado pela providência à frente dos destinos do país, onde realizou uma obra que marcaria indelevelmente o rumo do Reino:

“O Marquês de Pombal é morto: o sábio, o laborioso, o intrépido Ministro, o homem extraordinário que a Providência tinha tirado dos seus tesouros para combater contra as desgraças do seu século. O Marquês de Pombal é morto, mas a profundidade dos seus conhecimentos, a extensão da sua alma, a lembrança dos seus longos trabalhos, a imagem sempre presente dos seus grandes serviços, a utilidade e felicidade pública, puderam parar a rapidez dos seus anos, pondo-os, como em depósito, no reino d’essa glória incorruptível que o fará imortal em todas as idades.”¹⁵

¹² Idem, *ibidem*, p. 121.

¹³ Carvalho e Melo, Sebastião José de, *Memórias secretíssimas e outros escritos*, Mem Martins, Europa-América, 1984, pp. 138sgs, Smith, John, *Memórias do Marquez de Pombal, contendo extractos dos seus escritos e da correspondência inédita existentes me diferentes Secretarias de Estado*, Lisboa, Livr. de Antonio Maria Pereira, 1872.

¹⁴ Lemos, Francisco, “Relação das exéquias feitas à memória do Marquez de Pombal”, Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], *Colecção pombalina*, cód. 684, doc. 33.

¹⁵ Lemos, Francisco, “Relação das exéquias feitas à memória do Marquez de Pombal”, Biblioteca Nacional de Portugal [BNP], *Colecção pombalina*, cód. 684, doc. 33. Consultar ainda Santa Clara, Joaquim de, *Elogio fúnebre ao Marquez de Pombal*, Porto, Typ. á Praça de S. Pedro, 1826, pp. 1-2, *O Marquez de Pombal. Alguns documentos inéditos*, ed. Júlio Firmino Judice Biker, Lisboa, Typ. Universal, 1882, pp. 7-8, e Saldanha e Sousa (Conde de Rio Maior), João de, *O Marquês de Pombal. Sua vida e morte cristã*, Lisboa, Tipografia Inglesa, 1934. O corpo do Marquês de Pombal foi depositado na Igreja de Nossa Senhora do Cardal junto ao convento de Santo António habitado por franciscanos capuchinhos, actual edifício da Câmara Municipal de Pombal. O governo mariano não autorizou a trasladação do féretro para o jazigo, que o próprio Sebastião José tinha mandado preparar em Lisboa na Igreja onde tinha sido baptizado, a Ermida das Mercês situada na travessa do mesmo nome. Assim, os restos mortais deste Ministro permaneceram na Igreja do Cardal entre 1782 e 1856. Mas, entretanto, o sarcófago do Marquês de Pombal foi alvo de vio-

Num dos epitáfios dedicados à memória do Primeiro-Ministro de D. José I ficaram bem estilizados no louvor da sua obra política alguns dos epítetos mais emblemáticos (fanatismo, hipocrisia) tropologicamente usados para caracterizar o jesuitismo que ele escorraçou do Reino e em torno do qual se cinzelou um fabuloso mito:

“Aqui jaz
Sebastião José de Carvalho e Melo
Marquês de Pombal
Ministro e Secretário de Estado
De D. José
Rei de Portugal;
O qual reedificou Lisboa,
Animou a Agricultura,
Estabeleceu fábricas,
Restaurou as ciências,
Estabeleceu as Leis,
Reprimiu o vício,
Desmascarou a hipocrisia,
Desterrou o Fanatismo,
Regulou o Tesouro Real,
Fez respeitada a soberana autoridade,
Cheio de glória,
Coroadado de Louros,
Oprimido pela calúnia,
Louvado pelas Nações Estrangeiras,
Como Richelieu
Sublime em projectos,
Igual a Sully na vida e na morte:
Grande na prosperidade,
Superior na adversidade,
Como filósofo,
Como herói,
Como cristão,
Passou à eternidade
No ano de 1782
Aos 83 da sua idade
E no 27 da sua administração.”¹⁶

lação por populares e por soldados franceses, aquando das invasões napoleónicas de 1811. Só no ano de 1856, por iniciativa da Câmara de Lisboa, os restos mortais de Carvalho e Melo foram trasladados para a Ermida das Mercês conforme a vontade do falecido, onde ficaram depositados sobre o adorno de dois elefantes esculpidos em pedra. Em breve, este túmulo desapareceria, talvez sendo roubado ou vendido em leilão. Apenas se sabe com certeza que no ano de 1923, por iniciativa da Associação da Extinção das Congregações Religiosas, os alegados restos mortais do Marquês de Pombal foram depositados na Igreja da Memória mandada construir pelo governo pombalino para agradecer a preservação da vida de D. José I no atentado regicida de que foi alvo em 1758. (Martins, Rocha, *O Marquês de Pombal desterrado, 1777-1782*, Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1938, pp. 284sgs e Lopes, António, *Roteiro histórico dos Jesuítas Lisboa*, Braga, 1985, pp. 96-98).

¹⁶ Marquês de Pombal, *Cartas e outras obras selectas*, Lisboa, Typ. de E.J.C. Sanches, 1848, 4.^a ed., tomo I, p. XX.

**Motivos da exaltação do Ministro Carvalho e Melo:
Significados e funcionalidades**

No decurso do liberalismo português, e logo desde os seus alvorenos, regista-se um esforço cada vez mais visível para reabilitar e para reler a figura do Marquês como um marco precursor das conquistas revolucionárias do século XIX. O protagonismo, que o pequeno fidalgo Sebastião José de Carvalho e Melo revelou e o lugar cimeiro que alcançou na esfera política do Antigo Regime, assim como as reformas estruturais, que tentou implantar em vários sectores vitais da sociedade e do Estado, foram sumamente valorizados e entendidas como o advento de um regime e de uma ordem social novos, ou, pelo menos, como o primeiro grande abalo sísmico do velho arquitectura sociológica absolutista e clerical, que iria acabar por fazer ruir os seus pilares fundamentais alicerçados na Igreja e na Nobreza das regalias e dos privilégios.

Neste processo de valorização da política pombalina, instituindo-a como modelo ou princípio de uma nova era para Portugal, a Maçonaria teve um papel determinante na construção de uma imagem luminosa do Marquês de Pombal como herói restaurador do velho prestígio de Portugal na cena internacional e como o político iluminado, que abriu portas para que entrassem o progresso e a liberdade no país.

Não se pode compreender este empenho das lojas maçónicas na promoção da memória de Carvalho e Melo e na adopção deste Ministro como um dos seus patronos e inspiradores mais acarinhados fora do ideário secularizante e, mais tarde, laicista que a Maçonaria tentou implantar, o qual comportou um investimento crescente no combate ao domínio e influência do clero, em geral, e dos jesuítas, em particular, na sociedade e na política portuguesas.

Não possuímos dados absolutamente conclusivos que provem a filiação de Pombal na Maçonaria. Todavia, o empenho deste Ministro no combate à Companhia de Jesus e à limitação dos privilégios eclesiásticos fez crer a muitos, especialmente ao longo do século XIX, que a sua política eclesiástica obedecia a um plano conspirativo concertado da Maçonaria e do despotismo esclarecido em toda a Europa contra o poder da Igreja. Esta colagem de Sebastião José a esta organização secreta foi não só alimentada pelos sectores antipombalinos e filojesuíticos, mas também pelos sectores filopombalinos ligados à Maçonaria ao longo do período do liberalismo e da I República. A própria instituição maçónica chegou a adoptar Pombal como uma das suas figuras de referência, senão mesmo um dos seus antigos filiados de mais valor. Ferrer Benimeli recorda que a nível internacional não deixou de ter sido destilada uma imagem de Carvalho e Melo resultante desta associação com os Pedreiros Livres.¹⁷

Assim, não se pode dissociar a construção do mito luminoso de Pombal da difusão de um outro mito, este de sinal contrário, o mito negro dos jesuítas pelos intelectuais e publicistas mações ao longo de todo o liberalismo até à I República. Estes dois mitos emergiram como elementos fundamentais da propaganda maçónica, laica e anticlerical contra a dita era do obscurantismo e em prol da instauração da nova ordem maçónica do progresso, da igualdade e da fraternidade.

O Marquês de Pombal foi elevado ao estatuto de herói da modernidade portuguesa e precursor de valores democráticos em função da sua política regalista, anti-

¹⁷ Ferrer Benimeli, José A., “Pombal y la masonería”, *Pombal revisitado*, vol. I, pp. 75-95.

jesuítica e subjugadora da poderosa nobreza tradicional ao poder absoluto do Estado. Nobres, jesuítas e hierarquia eclesiástica foram domados pelo chicote da política reformista e persecutória daquele Ministro, que alcançou das mãos do Monarca D. José I um poder quase ilimitado. O Rei tornou-se uma marioneta nas mãos deste hábil político. À luz de uma ideologia política ultra-absolutista, passaram para o controlo do Estado as principais actividades produtivas do país, através da criação de companhias monopolistas, bem como foram reformadas e estatizadas as instituições de controlo social, nomeadamente a Inquisição. Por outro lado, no entanto, o Rei publicou medidas há muito desejadas que foram concebidas com uma visão avançada: a derrogação da absurda distinção entre Cristãos-Velhos e Cristãos-Novos e o decreto da liberdade dos índios. Mas sobre a roupagem iluminada que envolveu o anúncio e a consagração legal destas medidas escondiam-se interesses económicos e estratégias políticas bem calculadas e mais poderosas que a bela intenção humanizante.

Toda a orquestra dos organismos e instituições representativas da sociedade do Antigo Regime, passaram a funcionar sob a batuta vigilante e restritiva do governo da monarquia. O mesmo aconteceu com o ensino, que foi reformado à luz das novas correntes pedagógicas e científicas do iluminismo europeu. Pombal teve o mérito de criar o primeiro sistema de ensino estatal na Europa, embora os seus efeitos a curto e a médio prazo não tenham sido tão transformadores como se quis crer.

O discurso e a acção política do Marquês de Pombal não estiveram isentas de contradições, que se verificaram, acima de tudo, entre o discurso e a prática. Se, por um lado, Pombal procurou, em teoria, iluminar e libertar Portugal, na prática, desenvolveu uma política altamente repressiva, não dando margem de manobra a quem pretendesse inovar ou pensar fora dos limites estreitos da obediência pura aos ditames do Estado e à ordem estabelecida pela ideologia política dominante. A única fonte de progresso e de felicidade para o povo era a vontade real. O meio mais adequado para colaborar nesse processo era obedecer subservientemente à política do governo, que interpretava essa vontade soberana. Donde, toda a política altamente repressiva desenvolvida pelo Ministro no sentido de esmagar qualquer forma de oposição e calar as vozes críticas, com a instauração da mordada chamada de devassa perpétua, para surpreender e incriminar os descontentes do regime.

As consequências ficaram bem patentes na sobrelotação das prisões régias com presos políticos e nos diversos massacres ordenados pelo governo pombalino. Emblemática desta política que não tolerava a existência de qualquer oposição crítica, nem, muito menos, de qualquer liberdade de opinião, foi a proibição do único órgão de imprensa periódico, logo no início da década de sessenta da segunda metade do século XVIII. Enquanto, pela Europa, a imprensa periódica começava a despontar com entusiasmo, em Portugal, o único jornal que existia, intitulado de *Gazeta de Lisboa*, foi suspenso de forma compulsiva por ordem do governo pombalino.

O vigor e a abrangência do projecto político reformista pombalino marcaram indelevelmente a sua época.¹⁸ Todavia, os resultados e os sucessos foram encarecidos muito acima dos seus reais efeitos concretos, tanto nos textos apologeticos pomba-

¹⁸ Além das medidas políticas pombalinas já referidas, importa ainda lembrar as iniciativas políticas da reconstrução de Lisboa a seguir ao Terramoto de 1755, ou seja, a criação do Erário Régio em 1761 e da Imprensa Régia em 1769, a publicação da Lei da Boa Razão em 1769, além da criação de um conjunto de companhias monopolistas, que abrangeram vários ramos de actividade produtiva e comercial do país, entre outras.

linos, como posteriormente dos filopombalistas. De qualquer modo, esse louvor é justificado, apesar da consciência dos limites históricos das reformas pombalinas, em nome da grandeza enaltecida do significado do gesto político de Pombal, que se teria tornado precursor dos novos tempos, que mais tarde se afirmariam.

Na nossa óptica, , como se comprova pelos documentos, o factor mais relevante que determinou o investimento maçónico e liberal na exaltação de Pombal foi, mormente, a sua política antijesuítica e regalista, que as lojas maçónicas prosseguiram na sua versão anticlerical através de uma propaganda intensa ao longo de Oitocentos. Acima de tudo, Pombal foi eleito como paradigma desta campanha ideológica e de tudo o que ela significava, e, principalmente, a sua medida paradigmática, sempre cantada, da expulsão da Companhia de Jesus do país em 1759. De facto, nos textos laudatórios vindos a lume com a chancela de mações ou de instituições maçónicas em favor do Marquês de Pombal, emerge obrigatória e enfaticamente a questão jesuítica. O louvor de Pombal é feito em função da necessidade programática de execução do jesuitismo a que é dado o maior relevo. Por isso, consideramos que o mito heróico e luminoso do Marquês de Pombal é um mito subsidiário do grande mito negativo do *complot* jesuítico.¹⁹ Recorde-se que uma das obras mais lidas nas lojas maçónicas, como catecismo antijesuítico desde o Primeiro Liberalismo, era precisamente aquela que é considerada a “Bíblia do antijesuitismo português”, a obra *Dedução Cronológica e Analítica* escrita sob a supervisão do Marquês de Pombal e editada pela primeira vez em 1767.²⁰

A assunção de Pombal como herói mitificado do liberalismo, tinha tido como marco simbólico a reposição do medalhão de Pombal na estátua de D. José I, em 1833, pelo monarca liberal D. Pedro. Recorde-se que o medalhão original tinha sido arrancado pelas turbas populares, aquando da queda de Carvalho e Melo, como manifestação de desagrado popular em relação à sua política despótica e repressora.

Um dos textos mais emblemáticos, que deram o tom mais luminoso ao processo de mitificação de Pombal, foi publicado em 1869 pelo mação e professor de Direito da Universidade de Coimbra, Emídio Garcia (1838-1904). Este interessante documento veio a lume no epílogo de uma década conturbada pelo reacender poderoso das campanhas anticlericais e antijesuíticas na sequência da publicação em 1864 da Encíclica *Quanta Cura* de Pio IX e do seu anexo que ficou célebre com o nome de *Syllabus errorum*, através do qual a cúpula da Igreja Católica virava costas e anatematizava o mundo moderno e os seus valores.

O longo título do pequeno livro da autoria deste jurista é já, de per si, significativo do conteúdo e da associação ideológica que se pretendia fazer em relação a Pombal, conferindo à sua obra política e ao seu pensamento atributos surpreendentes: *O Marquês de Pombal. Lance d’olhos sobre a sua ciência, política e administração; ideias liberais que o dominavam, Plano e primeiras tentativas democráticas*.

Como reverso do princípio da causalidade diabólica e decadentista, que constitui a base teórica do mito jesuíta, ao mito de Pombal associou-se o princípio da causalidade luminosa. Neste opúsculo, o seu autor, lente de direito da Universidade de

¹⁹Sobre a formação e significado do mito da Companhia de Jesus ver Franco, José Eduardo, “A fundação pombalina do mito da Companhia de Jesus”, *Revista de História das Ideias* 22 (2001), pp. 209-253.

²⁰Seabra da Silva, José, *Dedução Cronológica e Analítica*, Lisboa, Off. de Miguel Manescal da Costa, 1767. Ver Oliveira Marques, A. H., *História da Maçonaria em Portugal: Das origens ao triunfo*, Lisboa, Presença, 1990, vol. I.

Coimbra, faz do Ministro Carvalho e Melo o herói reformador e o pioneiro do espírito novo, que inspiraria as liberdades conquistadas mais tarde pelo movimento liberal:

“De longe, de mui longe nos veio e se gravou em Portugal o espírito de liberdade e independência (...). Arreigou-se de um modo profundo e indestrutível durante a sábia administração de um génio reformador que lhe preparou o campo das suas legítimas conquistas e removeu os estorvos que lhe impediam o caminho, por onde, mais tarde, devia deixar seu rasto luminoso. Foi essa época o prólogo fecundo das revoluções! Esse homem, o precursor admirável do liberalismo! Foi a luta gigante dos oprimidos contra os déspotas; a reacção social contra a reacção ultramontana; luta na qual a liberdade pareceu sucumbir e deixar-se esmagar debaixo dos pés da aristocracia orgulhosa e da cleresia degenerada e perversa, – para mais tarde ressurgir e erguer-se do mal encerrado túmulo vigorosa e ousada – para cantar no dia do merecido triunfo o hino da legítima vitória!”²¹

Tendo sido o *modus procedendi* e a própria base ideológica da política pombalina, na sua realidade histórica, o anti-paradigma de um governo democrático ou liberal, e menos ainda promotor de qualquer igualdade entre o povo, no mito maçónico de Pombal inverte-se a tal fisionomia político-ideológica da acção deste déspota esclarecido que faz dele um paladino da liberdade. Neste processo de mitificação os massacres pombalinos são sublimados ou minimizados. A política violenta do Ministro Carvalho e Melo é entendida como um mal necessário para a limpar o país do obscurantismo e das forças retrógradas.

Aliás, não só a democracia portuguesa oitocentista ergueu como seus arquétipos e precursores figuras e símbolos violentos. Por exemplo, em França como escreve Lucian Bóia;

“À l’instar de la Bastille symbolisant la toute-puissance royale, la guillotine a été un des symboles de la démocratie naissante (...).”²²

A justificação encontra-se sempre no serviço ao bem supremo da nação e do seu progresso, que justificam qualquer tipo de sacrifício e o massacre dos valores mais sacrossantos. Trata-se, portanto, duma espécie de sacrifício fundador necessário para refundar a sociedade e abrir as portas de uma nova era, que acaba por ser um eco secularizante dos sacrifícios fundadores das culturas míticas.²³

Camilo Castelo Branco,
católicos e legitimistas antipombalizam-se

O fortíssimo grau que atingiu a disposição antijesuítica na euforia comemoracionista do Centenário do Marquês de Pombal em 1882, manifestou o propósito dos seus promotores laicos de reforçar um dos vectores do seu projecto de secularização da sociedade.²⁴ Estas comemorações políticas e culturais de natureza civil são pro-

²¹ Garcia, Dr. Emygdio, *O Marquez de Pombal. Lance d’olhos sobre a sua sciencia, política e Administração; Ideias liberais, que o dominavam; Plano e primeiras tentativas democraticas*, Coimbra, Imp. da Universidade, 1869, p. 10.

²² Boia, Lucian *Le Mythe de la Démocratie*, Paris, Les Belles Lettres, 2002, pp. 19-20.

²³ Girard, René, *Les origines de la culture*, Paris, Desclée du Brouwer, 2002.

²⁴ Ver, ainda, Teixeira Bastos, Francisco, *Os Jesuítas*, Lisboa, Antonio Furtado Ed., 1880 e *Ensaio sobre a evolução da humanidade*, Porto, Livraria Universal, 1881.

movidas como uma espécie de festas rituais de substituição nacionalista e estatal, que prestaram um culto de louvor aos seus heróis ou “santos” laicos.²⁵ Neste processo ideológico-simbólico pretendia-se fazer a selecção de determinados heróis nacionais emblemáticos para elevar ao pedestal da glória e servirem de modelos, quais protótipos exemplares que encarnassem os valores ideológicos dos movimentos que os adoptavam e os promoviam. Esta tendência de criação de uma espécie de uma “religião” laica e civil de substituição²⁶ por parte das correntes anticlericais levou, por seu lado, a secundarizar aquelas figuras históricas ligadas à esfera eclesiástica.²⁷

Com o objectivo claro de desmitificar a fantasmagoria delirante dos jesuítas e mitificantes do Ministro Carvalho e Melo,²⁸ o famoso romancista português Camilo Castelo Branco marcou posição contra a avalanche de textos panegíricos em torno

²⁵ Neste período, um dos autores que teorizou e defendeu a necessidade de substituição de um culto laico, em particular através dos centenários e outras celebrações aniversárias, como meio mais eficaz de substituir a arraigada tradição do culto católico em Portugal foi o positivista Teófilo Braga. (Braga, Teófilo, *Os centenários como síntese afectiva nas sociedades modernas*, Porto, Silva Teixeira, 1884. Para uma reflexão sobre a questão comemoracionista e os rituais laicos de recordação ver Catroga, Fernando, *Memória, História e Historiografia*, Coimbra, Quarteto, 2001)

²⁶ Sobre a problemática do esforço de criação de uma religião civil de substituição das religiões clássicas ver a reflexão de Aron, Raymond, *As etapas do pensamento sociológico*, Montaigne, Comte, Marx, Tocqueville, Durkheim, Pareto, Weber/ Raymond Aron, Lisboa, D. Quixote, 2.^a ed., 1992, pp. 118sgs.; *The invention of Tradition*, dir. Eric Hobsbawm, Cambridge, University Press, 1993; e Catroga, Fernando, “Ritualizações da História”, *História da História em Portugal* (Sécs. XIX-XX), ed. Luís Reis Torgal et al, Lisboa, Temas e Debates. 1998, pp. 547-551.

²⁷ Como já salientámos noutra obra em que afluamos a abordagem desta problemática, sinal do peso da disposição antijesuítica dominante culturalmente na sociedade do tempo “é o contraste entre os centenários oitocentistas de Pombal (em 1882) e de Vieira (em 1897)”. (José Eduardo Franco e Bruno Cardoso Reis, *Vieira na literatura anti-jesuítica: séculos XVIII-XX*, Lisboa, Roma Editora/ Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque, 1997, p. 86. Com efeito, devido a esta ambiência antijesuítica hegemónica, as comemorações centenárias de António Vieira foram reduzidas a uma expressão mínima. Apenas se verificaram iniciativas de pouca visibilidade, especialmente na esfera eclesiástica. O que é bem revelador de como a avaliação negativa dos jesuítas condicionou a selecção e a valorização das figuras iminentes da cultura portuguesa. Das poucas iniciativas que se realizaram para assinalar os duzentos anos da morte de Vieira, uma foi a edição de alguns textos escolhidos das suas obras juntamente com uma extensa notícia biográfica. (*Trechos selectos do Padre António Vieira: 1697-1897*, org. J. Fernando de Sousa, Lisboa, Typ. Minerva Central, 1897. Ver também *O Padre António Vieira: Discurso proferido pelo Exmo. E Revmo. Arcebispo d’Évora na Sé Patriarcal de Lisboa no dia 19 de Julho de 1897, por ocasião do soleníssimo Te Deum celebrado em comemoração do bi-centenário do Primeiro Orador Sagrado de Portugal*, Lisboa, Typ. Minerva Central, 1898). Aliás, houve mesmo da parte dos sectores antijesuíticos um esforço para desvalorizar a figura de Vieira e desmerecer a sua obra, a fim de não obter o destaque que os intelectuais filojesuítas lhe queriam dar. Disto mesmo são ilustrativos os seguintes textos: Braga, Teófilo, “O centenário do Padre António Vieira”, *A Vanguarda* 29 de Março de 1897, p. 1; Araújo, Joaquim de, *No centenário do Padre António Vieira*, Génova, Tip. R. Instituto Sordo-Muti, 1897. Esta última obra pauta-se por uma maior moderação, mas não deixa de estar na proximidade ideológica de Teófilo Braga, que é por Araújo referenciado como o biógrafo mais credível de Vieira. Sobre o assunto ver o estudo de Ventura, António, *O movimento anticlerical português oitocentista perante o padre António Vieira, Separata das Actas do Congresso Internacional do III Centenário do Padre António Vieira*, Braga, Universidade Católica Portuguesa, 1999.

²⁸ O próprio historiador Latino Coelho, uma iminente referência da historiografia institucional portuguesa, que procurou historiar com profundidade, pormenor e rigor a administração de Pombal, não deixa de comportar marcas da visão decadentista da história nacional. Todavia, distancia-se da teoria da causalidade única, que fazia dos jesuítas os únicos responsáveis pelos desastres nacionais, procurando diversificar as causas do atraso português desde a economia à moral. Fugindo assim das formulações demasiado reductionistas, não deixa de denunciar o seu desagrado pelos jesuítas, cujo período da sua expulsão por Pombal é visto como um dos mais brilhantes da nossa história, que ao lado da “repressão das pretensões da nobreza” ordenada pelo mesmo Ministro, vê como tendo sido “o prólogo mais brilhante da democracia”. (Latino Coelho, José Maria, *História política e militar de Portugal. Desde os fins do século XVIII até 1814*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1874, Tomo I, e *Literatura e história*, Lisboa, Emp. Literária Fluminense, 1925).

da figura do Marquês de Pombal produzidos por liberais, pedreiros livres, republicanos e socialistas no âmbito das comemorações do seu primeiro centenário. Nestes textos, Pombal é exaltado como o libertador e restaurador de Portugal contra dois grandes massacres que flagelaram o país. O primeiro, de origem natural, foi o terramoto que massacrrou Lisboa em 1755, fazendo brotar das ruínas uma cidade nova com traços arquitectónicos avançados. O segundo, de ordem espiritual e mental, teria sido o massacre lento da decadência jesuítica, que teria arrasado Portugal durante dois séculos, relegando-o para segundo plano na cena internacional. Contra este massacre, Pombal respondeu expulsando a Companhia de Jesus, reformando o ensino, as missões e os centros culturais portugueses. Aqui, os massacres sanguinários ordenados pela política pombalina contra diversos sectores da sociedade são entendidos à luz de uma razão necessária para enfrentar e resolver energicamente os problemas do Reino.

No “perfil” do Ministro, que publicou nesse mesmo ano, para “deitar água na fervura”, o polemista Camilo Castelo Branco acaba por tecer uma espécie de lenda negra de Pombal para contraminar de forma incoercível o mito luminoso, que se estava erguendo em torno deste político português. Pombal era apresentado, como vimos nesta visão beatífica, liberal e maçónica, como paladino das liberdades e percursor das ideologias sócio-políticas mais avançadas do presente. Camilo fez deste déspota, por contraponto, um mestre do terror, da tirania e da opressão. Isto perante a multiplicação de iniciativas centenárias para cantar louvores à memória do Marquês de Pombal, orientadas para o aproveitamento político e ideológico de natureza fortemente antijesuítica num “contexto de crescente radicalização da *questão religiosa* motivada pelo impacto da III República Francesa em Portugal, a entrada em Portugal de membros de ordens religiosas e a afirmação do catolicismo social”.²⁹

E contra o coro de palestras, comícios,³⁰ libelos, poesias, sínteses históricas e outras intervenções públicas e publicações circunstanciais, que tiveram por fim exaltar a personalidade histórica de Pombal como um dos maiores heróis nacionais, em grande medida por ter tido a força de expulsar os jesuítas e submeter a Igreja aos ditames do Estado.³¹

²⁹ Campos Matos, Sérgio, *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*, Lisboa, Colibri, 1998, p. 444. Recorde-se que os programas das comemorações gizados pela comissão estudantil apoiada pela Maçonaria aparece como um dos pontos programáticos de honra, além da promoção da defesa da reforma do ensino secundário e superior, que valorizasse a componente científica, na linha do que tinha ensaiado o Ministro de D. José I, a orientação de promover a reivindicação perante o governo do “cumprimento exacto dos decretos do Marquês de Pombal e de Joaquim António de Aguiar, a respeito de todas as ordens religiosas”. (*Centenário do Marquês de Pombal: Programa*, Lisboa, Typ. Universal, 1882, p. 3.)

³⁰ Os centenários camoniano e pombalino constituíram pretexto para a realização de uma série de comícios designados expressamente de antijesuíticos. Passamos a encontrar a partir de então uma espécie de tradição de intervenção pública tipificada com esta designação e vocacionada para cumprir o programa de combater o jesuitismo, utilizando este tema para fins de propaganda ideológico-política contra a natureza e a acção do regime vigente. (Ver, por exemplo, Gomes do Rego, Francisco Maria, *Discurso pronunciado no grande comício anti-jesuítico por ocasião do centenário do Marquês de Pombal em Coimbra*, Coimbra, Typ. de Santos e Silva, 1882).

³¹ Além das publicações filopombalinas e antijesuíticas que vieram a lume no contexto deste centenário que temos vindo a citar, podemos ainda destacar as seguintes: Papança, Macedo, *Telas históricas. I - O Grande Marquês. II - A lenda do jesuitismo*, Coimbra, Livr. Central de J. Diogo Pires, 1882, Silva, César, *O Marquês de Pombal e a seita negra*, Lisboa, Typ. Popular, 1882; A. G. F., *Os Jesuítas: poesia dedicada à memória do grande estadista Sebastião José de Carvalho e Mello, 1º Marquês de Pombal*, s.l., 1882. Para uma visão exaustiva das centenas de títulos, veja-se a recolha bibliográfica de livros e artigos de jornais editados aquando do Centenário Pombalino feita por António Barreto. (*Marquês de Pombal. Catálogo bibliográfico e*

A reacção do romancista ao movimento dominante de glorificação de Pombal - constituído por várias correntes ideológicas da sociedade portuguesa, entre as quais pontificava a Maçonaria e os seus simpatizantes laicos, liberais progressistas e republicanos e outras correntes desafectas à Igreja - não era, no entanto, um caso isolado. Entendemos, por isso, que Camilo Castelo Branco exagera (com o seu habitual extremismo), quando escreve, logo à entrada da sua obra, que o seu *perfil de Pombal* “não pode agradar a ninguém”.³²

Certamente agradaria, ainda que apenas na forma do discurso e não no substrato ideológico, aos jesuítas e aos sectores católicos e legitimistas, que manifestaram o seu desacordo perante o forte investimento de vários sectores da cultura e da política portuguesa na celebração da memória de um político, cuja releitura da sua acção pouco beneficiava o prestígio da Igreja e a dignidade e a grandeza de uma visão legitimista do poder monárquico.

Especialmente, a forte reacção católica contra esta celebração pombalina reflecte a ausência de unanimidade, que marcou, de facto, as comemorações do centenário desta figura. O Conde de Samodães foi uma dessas figuras marcantes do catolicismo de oitocentos mais abertas ao liberalismo, que manifestou o seu desacordo, verberando contra a instrumentalização dos festejos pombalinos para incrementar a campanha antijesuítica. Ao lado dos jornais católicos que criticaram em uníssono esta utilização anticatólica de Pombal,³³ Samodães publicou a sua perspectiva da problemática atacando esta “liberalização” paradoxal de um dos maiores símbolos do absolutismo português.³⁴ Fê-lo em consonância com os jornais e as associações católicas, que protestaram em tom tão reprovatório, quanto sugestivo, contra esta exaltação do Ministro Carvalho e Melo instrumentalizado como bandeira do anticlericalismo e do anticatolicismo. De tal modo, que se começava, deste lado da barricada, a desenhar com contornos bem definidos uma imagem negra de Pombal, de que é bem ilustrativa esta passagem do protesto feito pela Junta Directora da Associação Católica de Braga contra as comemorações dedicadas ao Marquês de Pombal que o associa, dando razão aos seus promotores, às ideias revolucionárias do século:

iconográfico, ed. Comissão Organizadora das Comemorações do Bicentenário da Morte do Marquês de Pombal, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1982, pp. 291sgs., e *Dicionário bibliográfico português*, Vol. 12 do suplemento.

³² Castelo Branco, Camilo, *O perfil do Marquês de Pombal*, Lisboa, Folhas & Letras, 2003, p. 7.

³³ Ver o recenseamento analítico das reacções antipombalinas a estas comemorações centenárias em Reis Torgal, “Pombal perante as ideologias tradicionalistas”, pp. 141sgs. O estudo da figura de Pombal na sequência das suas Comemorações Centenárias acabou de uma maneira geral por desfavorecer uma análise histórica em favor de uma análise ideológica, tanto do lado filopombalino como do lado antipombalino: “De uma maneira geral, tanto os seus apologistas, como os seus detractores, adoptaram o mesmo processo não-histórico - isolaram dois ou três factos da administração pombalina e superlativaram-nos, acabando por subordinar a apreciação que dela fazem, no seu todo, e sem distinguir quaisquer fases, ao juízo que emitem sobre uma medida particular. E aqui, sem dúvida, a expulsão da Companhia de Jesus, fundamentada na ideia regalista e antiultramontana, adquiriu extrema relevância como principal tópico de polémica”. (Campos Matos, *Historiografia e memória nacional (1846-1898)*, p. 449.)

³⁴ Samodães, Conde de (Francisco d’Azevedo Teixeira d’Aguilar), *O Marquez de Pombal cem anos depois da sua morte: considerações a respeito do seu primeiro centenário*, Porto, Livraria Religiosa e Científica, 1882, pp. 6-7 e 11. Na mesma linha antipombalina, veja-se os opúsculos publicados mais tarde de Caldas Cordeiro, Manuel, *O Marquez de Pombal (folheto para poucos)*, Porto, Typ. A. J. da Silva Teixeira, 1890. Este e outros textos faziam proliferar uma lenda negra do Marquês de Pombal, de que é significativa a afirmação de que a maldade do Ministro teria sido tão grande, que, quando este faleceu, “o médico achou-lhe pedras no coração”. Idem, *ibidem*, p. 14.

“um servidor cego e condigno da Enciclopédia, da Revolução e da Maçonaria, de que foi o primeiro chefe em Portugal; ele foi o verdadeiro iniciador e introdutor das ideias revolucionárias neste país; a ele deve Portugal os progressos funestos da descrença e a inversão dos costumes”.³⁵

Foi precisamente a partir das comemorações pombalinas,³⁶ que se começou a denotar mais claramente uma tendência generalizada nos meios intelectuais afectos ao catolicismo para apreciar negativamente a acção política de Carvalho e Melo e em particular a sua política regalista. O que não pode deixar de ser compreendido como uma reacção à adopção da figura do Marquês de Pombal como bandeira pela corrente anticlerical para melhor atacar a Igreja.³⁷

Deste descontentamento é ainda exemplo a reacção do jornal católico *A Palavra* com sede no Porto, que a 8 de Maio de 1882, exibiu publicamente o seu desagrado em relação à euforia nacional perante o centenário pombalino trajando de preto a sua primeira página e estampando cruces e símbolos fúnebres nos artigos desabonatórios dedicados ao Marquês de Pombal. Os textos publicados neste periódico destoavam do imenso coro de louvor a Pombal e procuravam desacreditar e rebater a importância histórica, que lhe era atribuída por parte dos sectores maçónicos e an-

³⁵ “Protesto”, *A cruz e a espada*, n.º 15, 6 de Maio de 1882. Recorde-se aqui também o texto de tom semelhante de outras organizações católicas como é o caso da Associação Protectora dos Operários da Covilhã, a que os jesuítas estavam ligados. Cumpre recordar que esta visão ímpia da vida do Marquês de Pombal foi ainda divulgada pela corrente antipombalista através da realização de missas em sufrágio da alma de Carvalho e Melo.

³⁶ Sobre esta comemoração ver o estudo de Bebian, Rui, “O 1.º Centenário pombalino (1882)”, *Revista de História das Ideias* 4 (1982), pp. 381-482.

³⁷ Com o intento de satirizar as polémicas e representações antijesuíticas, que se estavam a acender no dealbar da década de oitenta, há a registar da parte do sector filojesuítico a edição de um opúsculo irónico da autoria do Padre Sena Freitas intitulado sugestivamente de *Representação dirigida aos poderes públicos do país contra os Jesuítas*, Porto, 1881. Este interessante condensado irónico de invectivas antijesuíticas colhidas das polémicas antijesuíticas do passado e do presente, pretende, simulando vituperar os Padres da Companhia, conduzi-las ao ridículo, ao nonsense, e denunciar os movimentos e sectores do poder político que faziam daqueles religiosos objecto das suas críticas primárias e sistemáticas. Aqui Pombal é apresentado de facto como um verdadeiro carrasco. Este opúsculo escrito a 11 de Maio de 1881, que opera uma genial *reductio ad absurdum* do mito jesuíta, tinha certamente em mira polémica de forma concreta a vinda a lume recentemente de uma *Representação apresentada no comício popular promovido pela Associação Liberal Portuense em 17 d’Abril de 1881, contra a invasão jesuítica em Portugal*, Porto, 1881. Para um estudo deste texto irónico ver Machado de Abreu, Luís e Franco, José Eduardo, *Dos exercícios de ironia. “Em defesa da Carta Encíclica de Sua Santidade Pio IX” (Antero de Quental) e “Contra os Jesuítas” (Sena Freitas)*, Lisboa, Prefácio, 2005. O Pe. Sena Freitas destacou-se como um dos polemistas filojesuíticos, que, com mais competência intelectual e qualidade literária, protagonizaram a defesa dos jesuítas. Com o mesmo propósito, poucos anos antes tinha traduzido e anotado a obra apologetica de Paul Féval sobre a Companhia de Jesus. (Féval, Paul, *Jesuítas!*, tradução e notas do Pe. Sena Freitas, Porto, Livr. Internacional de Ernesto Chardon, 1878, 2 vols). Também já contava no seu *curriculum* o texto da refutação da obra dramática de António Enes com um libelo demolidor. (Freitas, Sena, *Os Lazaristas pelo ‘Lazarista’ sr. Enes*, Porto, J. E. da Costa Mesquita, 1875). O lazarista Sena Freitas denuncia aqui a instrumentalização do teatro pelos anticlericais para fazer uma catequização popular contra o catolicismo. Afirmava, neste sentido, que o teatro era “uma das armas mais traiçoeiras com que os homens do mal buscam actualmente ilaquear e extinguir, entre nós, as crenças e o sentimento católico”. Idem, *ibidem*, p. 7. Este padre lazarista reconhecia aqui um dos instrumentos importantes da campanha antijesuítica, que era o uso da encenação teatral como meio de alargar os seus destinatários, tentando atingir com os conteúdos fundamentais da sua propaganda nos meios menos alfabetizados. Ver também os contra-libelos, que esta polémica gerou: Chagas, Panteão das, *O Lazarista Sena Freitas: Carta a este senhor a propósito do seu folheto*, Porto-Rio de Janeiro, Liv. Portuguesa e Estrangeira, 1875, Guimarães Fonseca, F., *Os Lazaristas: pelo lazarista Sena Freitas*, Lisboa, Typ. de Christovão Augusto Rodrigues, s.d., e Ribeiro, Augusto, *Os lazaristas nos Açores*, Lisboa, Tip. Universal, 1876.

ticlericais, em geral. Sinal deste desacordo católico, foi também a realização no mesmo ano de um Congresso Católico, onde se tentou reabilitar a imagem da Companhia de Jesus muito esfrangalhada pela propaganda filopombalista e antijesuítica.³⁸

O *Massacre Pombal: A ideia do massacre total*

Na voz literária de Camilo, que se antepunha como um dique à onda da exaltação do Marquês de Pombal, é modelado o lado negro do mito do Marquês de Pombal. O escritor traça um perfil da acção deste político como um verdadeiro massacre. O romancista escandaliza-se com o louvor acrítico dos sectores dominantes culturalmente da sociedade liberal do seu tempo. Vitupera a “odisseia” pombalina, considerando-a “lixo ensanguentado das teorias muçulmanas do Marquês de Pombal”.³⁹ À luz desta aludidas “teorias muçulmanas” (isto é, metaforicamente ímpias e cruéis), o Ministro teria apenas semeado desgraças, injustiças, violências e massacres, não só entre povo, mas até na alma nacional. Nada daquilo que a propaganda filopombalista atribuía a Pombal como digno de mérito (nomeadamente, a reconstrução de Lisboa, as reformas administrativas e económicas, etc.) Camilo reconhece como obra pombalina, mas sim dos seus assessores que Pombal oportunamente, com mais esperteza do que inteligência, soube apropriar-se e fazer obra sua.

Assim sendo, toda a sociedade portuguesa teria sido massacrada desde o topo até às suas bases. Os massacres conhecidos não são mais do que a expressão sintomática e exemplar de uma política de massacre total⁴⁰ das forças vivas da nação em favor da afirmação capciosa de um poder pessoal do Ministro e não do Rei, como era declarado nos documentos oficiais.

Embora subtilmente, o primeiro grande massacre realizado progressivamente foi o massacre da cabeça suprema da nação, isto é, a autoridade do Rei D. José I, extorquida e subjugada pelas artimanhas deste seu Ministro que passou a comandar, de facto, os destinos do Reino.⁴¹ Massacrada a dignidade real em favor da dignidade ministerial, o Rei passou a ser uma espécie de marioneta, que assinava inopinadamente os decretos do seu *Alter Rex*, o Marquês de Pombal. Aliás, a memória histórica consagrou este travestismo do poder real quebrando a tradição ao passar a designar o período do Reinado de D. José I, não como o período do josefismo, mas de pombalismo.

Tornado o poder real dócil ao seu comando, o Ministro Carvalho e Melo operou o massacre de um dos sectores mais perigosamente oponentes à sua ascensão na escala hierárquica do governo: a Alta Nobreza. Depois de ter feito sair da Secretária de Estado da Marinha, Diogo Mendonça Corte Real,⁴² membro da alta nobreza, impli-

³⁸ Oliveira Marques, A. H., & Alves Dias, João José, “Pombal na tradição maçónica portuguesa”, *Pombal revisitado*, pp. 67-68.

³⁹ Castelo Branco, *O perfil do Marquês de Pombal*, p. 201.

⁴⁰ Na definição de “massacre total” da política pombalina engloba-se os conceitos de massacre físico, psicológico, moral, cultural, de liberdade de opinião e de consciência.

⁴¹ *Idem, ibidem*.

⁴² Na primeira fase do governo josefino, Carvalho e Melo teve que combater e eliminar alguns obstáculos à sua afirmação na direcção da conquista da primazia no seio da equipa governativa. O seu colega, o Secretário de Estado da Marinha, era um desses elementos mais incómodos que nem sempre con-

cou a poderosa família dos Távoras juntamente com o Duque de Aveiro (que tinham ocupado os mais altos cargos da hierarquia do Estado nos reinados anteriores), através de um processo judicial pouco claro, numa tentativa frustrada de regicídio ocorrida a 3 de Setembro de 1758. Os nobres acusados de terem atentado contra a vida do Rei foram massacrados publicamente até à morte e o seu nome mandado apagar da memória portuguesa: “Estes morreram estrangulados, fracturados e massacrados”.⁴³

Pombal pretendia imprimir, assim, um sinal da implacabilidade do poder sacral do Estado contra aqueles que ousassem colocá-lo em causa. Pelo método do massacre, estando já controlado o poder judicial civil e religioso (isto é, a Inquisição), o Ministro pretendia abater e domesticar uma elite forte do Antigo Regime, a alta nobreza, que deste modo perdia, perante o Ministro de origem pequeno-fidalga, as suas tradicionais regalias e privilégios, que a isentava da tortura judicial.

E nome da filosofia do poder regalista, o Marquês de Pombal co-implica paralelamente a influente Companhia de Jesus como autora moral da tentativa de assassínio de D. José I. Com base nesta incriminação dos jesuítas como mentores do projecto de regicídio, Pombal orchestra a perseguição e a expulsão global à sua presença no país, massacrando lentamente boa parte dos seus membros nas prisões do Estado, onde a maioria dos padres da Companhia presos, morreu durante os dezoito anos de encarceramento em condições desumanas. Das duas centenas de jesuítas encarcerados, apenas sobreviveram cinquenta e nove, que foram libertados logo após a queda de Pombal em 1777. Mas como símbolo supremo da hecatombe jesuítica, o Ministro massacrrou na fogueira inquisitorial de 1761, na praça principal de Lisboa, o missionário jesuíta Gabriel Malagrida, acusado de herege sem remissão, juntamente com mais cinquenta condenados entre os quais se encontravam intelectuais críticos do regime. E na ausência dos jesuítas, expulsos e presos, o Ministro não descarta o investimento numa poderosa campanha propagandística nacional e internacional⁴⁴ para massacrar a imagem de prestígio da Companhia de Jesus, fabricando o mito negro da Ordem de Loyola.

cordava com as orientações políticas do Carvalho. O que vai fazer com que Corte Real acabe por abandonar o governo. Depois de deixar o governo, Mendonça Corte Real pretendeu desabafar as suas críticas em relação a Pombal. Começou por fazê-lo através da escrita. Em Fevereiro de 1756 patrocinou a circulação de uma *Carta que de Portugal se escreveu a um grande de Hespanha*. Este era um panfleto, que tinha sido escrito por Francisco Xavier Teixeira de Mendonça, um antigo advogado de Sebastião José, que, em 1744, lhe defendera uma causa patrimonial de familiar. Neste panfleto o Ministro Carvalho e Melo era injuriado juntamente com a sua família, dando-se conhecimento público de supostas intrigas de bastidores, que o Secretário de Estado utilizara para conseguir a sua promoção aos cargos públicos, que então desempenhava. Ao mesmo tempo, chamava-se a atenção para os abusos de poder praticados e para a baixa extracção social do Ministro em causa considerada desprestigiante para o governo da monarquia. A responsabilidade é dada a Pombal na condução da política vigente, pois afirma-se, que este Ministro domina totalmente a vontade do Rei. (“Cópia de hua carta que se escreveu de Portugal a hum grande de Hespanha em resposta de outra sua”, BNP, *Secção de reservados*, cód. 852, ff. 26-53v). O mercador alemão Feliciano Velho Oldemberg, a quem o monarca devia a cedência da sua moradia em Belém para instalar provisoriamente a sua família real a seguir ao terramoto, foi encarregado de entregar ao Rei este panfleto crítico. Este plano, que visava remover do poder Carvalho e Melo, teve o apoio do Desembargador António da Costa Freire, dos Duques de Lafões e de Aveiro, dos Marqueses de Angeja e de Marialva, bem como de outras figuras importantes ligadas ao Paço. Mas a conjura não teve êxito, pois o vigilante Carvalho e Melo conseguiu atalhá-la a tempo. E os mentores e principais cúmplices acabaram por ser condenados ao degredo em África, nomeadamente o seu antigo colega de governo, Mendonça Corte Real.

⁴³ Castelo Branco, *O perfil do Marquês de Pombal*, p. 41.

⁴⁴ Christine Vogel, Christine, *Der Untergang der Gesellschaft Jesu als europäisches Medienereignis (1758-1773): Publizistische Debatten im Spannungsfeld von Aufklärung und Gegenaufklärung*, dissertação de doutoramento em História e Filosofia apresentada à Universität de Giessen, Giessen, 2003.

Através deste processo de mitificação negativa, Pombal utiliza a imagem da acção dos jesuítas como sistema explicativo da decadência do Reino e a sua extinção como uma necessidade para reformar o país e erguer a nova era de um Portugal iluminado e progressivo. O antijesuitismo torna-se uma verdadeira obsessão, que toma posse do Ministro e da sua política, esmagando sob esse pretexto tudo o que cheirasse a jesuitismo ou tivesse ligações com os jesuítas. Camilo descreve esta obsessão expurgatória do jesuitismo como um desejo insaciável de massacre:

“Não dava tréguas à sua jesuitofobia o Conde de Oeiras. Já não havia um jesuíta em Portugal, exceptuados os que jaziam, em vários antros, carregados de ferros. Parece que a execução de Malagrida devia cansá-lo como as grandes risadas joviais que fatigam. Não, senhores!?! O cheiro acre da carne queimada do sacerdote mente-capto irritava-o em frenesis, como o fedor da sangueira dos açougues ao cavalo que se arriça, resfolga e retrinca o freio com os dentes espumosos. Se lhe escassearam presas, nunca recolheu a garra vazia enxuta. Habituará-se a matar. A intensidade do seu gozo era de certo maior que a intensidade da agonia dos seus mortos. Matava sempre. Tinha aquele vício, e diria como o feroz ditador romano: “Quando eu não tiver homens que esmagar, estará concluída a minha missão.”⁴⁵

Eliminado um dos braços mais poderosos do poder espiritual e submetida a Igreja hierárquica, tornando o episcopado dócil às directrizes do Estado, Pombal não descurou a importância de domar as irreverências populares. O método do massacre foi o recurso que o governante melhor achou para impor a sua política, o seu respeito e, por essa via, estabelecer no país um clima de terror alimentado por uma teia de espões espalhados pelo território, que denunciavam e entregavam à justiça régia todos os que criticavam o regime ou ousavam mofar do Primeiro-Ministro.

O primeiro grande massacre popular de carácter físico aconteceu em 1757, quando o povo da cidade do Porto se revoltou contra a decisão governamental de instituir uma Companhia monopolista para gerir o comércio do vinho do Porto, chamando a si o direito de negócio deste produto pertencente tradicionalmente aos pequenos e médios comerciantes. Aquilo que Camilo chama a criação pombalina das “companhias violentas”⁴⁶ causou insatisfação da parte dos grupos de interesse atingidos. Para esmagar a revolta do Porto, Pombal mandou o exército contra o povo in-submisso para abafar o motim. Foram presos centenas de populares, mandando depois enforcar publicamente quarenta e cinco homens e mulheres, “como réus de crime de alta traição e de lesa-majestade de primeira cabeça”.⁴⁷ E comenta Camilo em jeito de conclusão: “A Companhia dos Vinhos foi inaugurada no Porto com uma fileira de forcas que trabalharam seis horas, e por um ulular de gemidos de uns açoi-tados que se tinham amotinado em seguida à bebedeira de terça-feira de Entrudo”.⁴⁸ E acrescenta o escritor, repudiando o cruel massacre ordenado por um político a quem chama “monstro”: “Nem Deus, nem dignidade, nem remorsos. A sua mão, onde quer que pousava, punha nódoas de sangue”.⁴⁹

Mas o massacre popular de maior dimensão aconteceu no último ano da sua governação, o qual ficou conhecido pelo massacre da Trafaria. Na aldeia de pescado-

⁴⁵ Castelo Branco, *O perfil do Marquês de Pombal*, p. 150.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 85.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 89.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, pp. 88-89.

⁴⁹ Idem, *ibidem*, p. 88.

res da praia da Trafaria junto ao Rio Tejo, tinham-se refugiado alguns jovens que temeram o recrutamento militar ordenado pelo Marquês de Pombal para uma guerra contra a Espanha, que ameaçava o país. Irado pela afronta à sua autoridade, o Ministro ordenou o cerco militar da aldeia, “onde viviam cinco mil pessoas” e havia apenas “uma centena de intrusos” foragidos do recrutamento para o exército. E, sem piedade nem distinção de pessoas, “resolveu queimá-los numa grande fogueira, que enroscou cinco mil vítimas, mulheres, velhos e crianças, enfermos, com as serpentes das suas labaredas”.⁵⁰ De facto, a aldeia foi cercada por trezentos soldados, que durante a noite incendiaram a povoação com archotes: “Despertaram aquelas cinco mil vidas na sufocação de fumaradas e no estalejar da madeira”.⁵¹

A ideia de massacre sangüinário total usada para caracterizar a acção política de Pombal é aplicada por outros autores antipombalista, que se distanciaram criticamente da glorificação deste Ministro absolutista pelos sectores vanguardistas do liberalismo português. De entre esses outros autores é emblemática a passagem seguinte de um célebre escritor português daquele tempo afecto ao movimento anticlerical:

“JUÍZO DE GUERRA JUNQUEIRO SOBRE O MARQUÊS DE POMBAL

O próprio Pombal é o *Desejado*? Não. Fez-se temer, não se fez amar. Cabeça de bronze, coração de pedra. Moralmente, ignóbil. Rancoroso, ferino, alheio à graça, indiferente à dor. Inteligência vigorosa, material e mecânica, sem voo, sem asas. Um brutamontes raciocinando claro. Falta-lhe o génio, o dom de sentir, nobreza heróica, vida profunda – humanidade em suma. Máquina apenas... Só dura o que vive. Uma raiz esteia mais que um alicerce. Pombal em três dias, num deserto, quis formar um bosque. Como? Plantando traves.

Adubou-as com mortos e regou-as a sangue.

Se os democratas e republicanos, inspirados e atiçados pelos falsificadores da história, ainda estão na resolução de considerar os candeeiros da pública iluminação de Lisboa como cabides para pendurar cabeças de católicos e monárquicos, que porventura apareçam ainda na ocasião do advento da *gloriosa*, então são coerentes em levantar o monumento ao Marquês de Pombal, mestre em forcas e cadafalsos.”⁵²

Por fim, nesta linha, o mesmo Marquês de Pombal também teve a preocupação de completar o seu massacre total procurando controlar a opinião pública, sufocando o germinar da liberdade de imprensa. Extinguiu então aquele que era o único periódico publicado no país, a *Gazeta de Lisboa*.⁵³ A expulsão dos jesuítas, a destruição das suas diversas bibliotecas com a queima pública dos seus livros, o encerramento da sua extensa rede de colégios e da sua universidade de Évora, são avaliadas por alguns autores, nomeadamente brasileiros, como uma política de massacre cultural. O historiador Eduardo Prado, por exemplo, acentua de tal modo a dimensão de perda que a expulsão e perseguição dos professores e intelectuais da Companhia ou ligados a ela representou para a vasta colónia portuguesa do Brasil, comparando-a a um segundo Alcácer-Quibir (por analogia com a derrota de D. Sebastião em Alcácer-Quibir ocorrida em 1578 que levou à perda da independência de Portugal em

⁵⁰ Idem, *ibidem*, p. 186.

⁵¹ Idem, *ibidem*.

⁵² Compilado por *O Marquês de Pombal celebrado por um grupo de distintos escriptores liberaes*, org. Almeida Silvano, Lisboa, Empr. de O Bem Publico, 1906, pp. 193-194.

⁵³ Castelo Branco, *O perfil do Marquês de Pombal*, p. 10.

favor de Espanha durante sessenta anos). Assim, também o encerramento dos colégios e das escolas dos jesuítas e a incapacidade do Estado suprir, a breve trecho, o vazio deixado em termos pedagógicos e culturais teriam significado um massacre da possibilidade de desenvolvimento das potencialidades da *intelligentzia* luso-brasileira, que despontava.⁵⁴

Contra o encantamento liberal pelo Marquês que esmagou os jesuítas, a corrente antipombalista, onde pontificam Camilo e Guerra Junqueiro, cinzelam uma verdadeira *imagerie* negra deste político, considerado-o como o maior sanguinário e o maior mestre do massacre da história portuguesa. Opõe-se, à maneira de uma contra-mitificação, à face luminosa de Carvalho e Melo construída pelos sectores anticlericais liberais, a imagem do monstro massacrador do Marquês, de que é bem ilustrativa esta passagem de Camilo:

“Ela [a Democracia] tem uma ideia, um simbolismo a que chamou Marquês de Pombal, adulterando-o até às condições fabulosas de mito. Ora eu escrevo sobre um homem a quem chamo *déspota* (...). A realidade dos factos foi sacrificada a uma bandeira que lhe emprestaram (...). Bosquejei a biografia de um homem feroz, e não esqueci de assinalar o maior número de acessórios e contingências que o fizeram cruel”.⁵⁵

Embora boa parte dos factos descritos por Camilo e pelos seus pares antipombalistas tenha fundamento histórico, o seu escopo radical de refutar e tirar consistência à face luminosa de um “Marquês democrata”, acaba por fazê-lo encarrilar na deriva mitificante de um Marquês todo-monstruoso, destituindo-o de qualquer humanidade. Assim, mito e contra-mito acabam por se encontrar no recortar forçado de um lado da realidade, condensando de forma simplificada a complexidade da realidade histórica da acção de um político marcante do tempo do absolutismo. Deste modo ideologizante de olhar o passado, brotam o mito e a extrema parcialidade da construção da biografia do Marquês de Pombal.

Nota bibliográfica

Boa parte deste texto deve-se ao trabalho de doutoramento do autor, publicado sob o título *O Mito dos Jesuítas em Portugal, no Brasil e no Oriente (Séculos XVI-XIX)*, 2 vols., Lisboa, Gradiva, 2006-2007.

⁵⁴ Calmon, Pedro, “A reforma da universidade e os dois brasileiros que a planejaram”, *Revista de História das Ideias*, volume comemorativo do Centenário Pombalino (1982), pp. 93-100.

⁵⁵ Castelo Branco, Camilo, *O perfil do Marquês de Pombal*, p. 89. Ver também Sardinha, António, “A estátua do Marquês”, *Na Feira dos Mitos, idéas & factos*, Lisboa, Universal, 1926, pp. 212sgs.

